

TERMO DE REFERÊNCIA
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
AQUISIÇÕES, EXCETO TIC
LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DIRETA



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO – CÂMPUS
PRESIDENTE EPITÁCIO

(Processo Administrativo nº 23440.000986.2026-81)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de gêneros de alimentação, para suprir as necessidades alimentares dos discentes dos cursos integrados ao ensino médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP) – Câmpus Presidente Epitácio, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Cúrcuma (Açafrão da Terra), Puro, Sem glúten, embalagem c/ 1 kg, 1ª qualidade. Livre de contaminantes e sujidades. Atender a RESOLUÇÃO-RDC Nº 276, DE 22 DE SETEMBRO DE 2005. Entrega trimestral.	463893	Pacote 500g	6	R\$ 26,78	R\$ 160,68
2	Acelga, in natura, fresca, 1ª qualidade, folhas bem desenvolvidas e livre de defeitos como partes escurecidas ou podridão. Entrega semanal.	463818	Unidade	90	R\$ 8,99	R\$ 809,10
3	Alecrim seco. Erva natural desidratada, 100% de folhas puras (Rosmarinus officinalis.). Livre raízes, sujidades e/ ou contaminação. Atender a RESOLUÇÃO-RDC Nº 276, DE 22 DE SETEMBRO DE 2005. Entrega trimestral.	463856	Pacote 500g	6	R\$ 27,70	R\$ 166,20

4	Alface, in natura, fresco, 1ª qualidade, folhas firmes e bem desenvolvidas e livre de raízes, partes escurecidas ou podridão. Os maços devem conter minimamente 250 gramas. Entrega semanal.	463832	Maço	960	R\$ 6,44	R\$ 6.182,40
5	Alho, in natura, descascado, 1ª qualidade. Livre de brotos, mofo, amassados, podridão, doença ou praga. Bulbilhos firmes, bem desenvolvidos e inteiros. Atender à Portaria MAPA nº 242/1992. Entrega semanal	463853	Kg	92	R\$ 40,40	R\$ 3.716,80
6	Amido de milho puro, sem glúten, sem corante e sem aditivos. Coloração branca, alta solubilidade em água e sabor tradicional. O produto deve apresentar-se seco, sem sujidades e embalagem íntegra. Entrega Mensal.	459077	Kg	12	R\$ 12,32	R\$ 147,84
7	Arroz branco, classe longo fino, tipo 1, pct de 5kg, data de fabricação no máximo de 30 dias no dia da entrega. Contendo minimamente na porção de 50g (39 g de carboidrato e 3,3 g de proteína). Entrega quinzenal.	458904	Pacote 5Kg	173	R\$ 26,86	R\$ 4.646,78
8	Arroz integral tipo 1, classe longo fino, subgrupo integral, pct de 1kg, fabricação no máximo de 30 dias no dia da entrega. Contendo minimamente na porção de 50 g (38 g de carboidrato e 3,3 g de proteínas). Entrega quinzenal.	474371	Kg	288	R\$ 5,86	R\$ 1.687,68

9	Arroz parboilizado, classe longo fino, tipo 1, pct de 5kg, data de fabricação no máximo de 30 dias no dia da entrega. Contendo minimamente na porção de 50g (39 g de carboidrato e 3,3 g de proteína). Entrega quinzenal.	458908	Pacote 5Kg	375	R\$ 21,79	R\$ 8.171,25
10	Azeite de oliva, extravirgem, puro, frasco de 500 ml, acidez máxima 0,8%. Entrega mensal.	463696	Frasco	24	R\$ 37,20	R\$ 892,80
11	Banana Nanica, in natura, tamanho médio, fruto bem desenvolvido, coloração amarela, sem lesões na casca. Entrega semanal.	464380	Kg	240	R\$ 6,12	R\$ 1.468,80
12	Batata doce rosada, lavada, livre de defeitos como broca e podridão, 1ª qualidade. Entrega quinzenal.	617162	Kg	300	R\$ 4,78	R\$ 1.434,00
13	Batata inglesa, lavada, livre de defeitos como broca e podridão, 1ª qualidade. Entrega quinzenal.	463754	Kg	750	R\$ 11,54	R\$ 8.655,00
14	Batata palha tradicional, já frita e embalada em embalagem plástica, contendo 500g. Entrega mensal.	463707	Pacote 500g	192	R\$ 31,19	R\$ 5.988,48
15	Beterraba in natura, somente o bulbo, fresca, 1ª qualidade. Entrega quinzenal.	463767	Kg	144	R\$ 6,59	R\$ 948,96
16	Abóbora cabotian, lavada, livre de defeitos como podridão, 1ª qualidade. Entrega mensal.	463748	Kg	300	R\$ 4,81	R\$ 1.443,00

17	Carne bovina, acém, cortada em cubos (para panela), em pacotes com peso de no máximo 2 Kg cada, congelada (a -12 °C (doze graus Celsius negativos) ou temperatura menor) ou refrigerada (a de 4 a 7 °C (quatro a sete graus Celsius)) de frigorífico com inspeção do SIF, SISP ou SIM, (a depender do âmbito da comercialização), data de fabricação no máximo de 30 dias no dia da entrega. Entrega mensal.	447383	Kg	180	R\$ 41,61	R\$ 7.489,80
18	Carne bovina, acém moído, em pacotes com peso máximo de 2 Kg cada, congelada (a -12 °C (doze graus Celsius negativos) ou temperatura menor) ou refrigerada (a de 4 a 7 °C (quatro a sete graus Celsius)) de frigorífico com inspeção do SIF, SISP ou SIM, (a depender do âmbito da comercialização), data de fabricação no máximo de 30 dias no dia da entrega. Entrega mensal.	447383	Kg	360	R\$ 41,61	R\$14.979,60

19	Carne bovina, coxão duro, em fatias finas para bife, limpa, livre de nervuras e aparas, em pacotes com peso máximo de 2 Kg cada, congelada (a -12 °C (doze graus Celsius negativos) ou temperatura menor) ou refrigerada (a de 4 a 7 °C (quatro a sete graus Celsius)) de frigorífico com inspeção do SIF, SISP ou SIM, (a depender do âmbito da comercialização), data de fabricação no máximo de 30 dias no dia da entrega. Entrega mensal.	447439	Kg	540	R\$ 48,26	R\$ 26.060,40
20	Carne suína, pernil, em pacotes com peso máximo de 2 Kg cada, congelada (a -12 °C (doze graus Celsius negativos) ou temperatura menor) ou refrigerada (a de 4 a 7 °C (quatro a sete graus Celsius)) de frigorífico com inspeção do SIF, SISP ou SIM, (a depender do âmbito da comercialização), data de fabricação no máximo de 30 dias no dia da entrega. Entrega mensal.	447525	Kg	180	R\$ 18,62	R\$ 3.351,60
21	Cebola de cabeça (Bulbo Allium cepa L.) tamanho médio, livre de defeitos como talo grosso, brotado, podridão, mancha negra, mofado e dano mecânico. 1ª qualidade. Atender à Portaria MAPA nº 529/1995. Entrega semanal.	601228	Kg	240	R\$ 7,38	R\$ 1.771,20

22	Cebolinha de folha. Erva in natura, de folhas frescas, pontiagudas, cilíndricas e ocas. Coloração verde escuro, sem floração, sementes nem raiz. Folhas bem desenvolvidas, sem manchas, pulgões nem sinais de deterioração. Os maços devem conter minimamente 200 gramas. Entrega semanal.	463878	Maço	132	R\$ 4,15	R\$ 547,80
23	Cenoura alaranjada, in natura, fresca, sem lesões na casca, de 1ª qualidade. Entrega quinzenal.	463770	Kg	180	R\$ 7,95	R\$ 1.431,00
24	Colorau (colorífico), puro, sem glúten, embalagem com 500g, 1ª qualidade. Livre de contaminantes e sujidades. Entrega trimestral.	463937	Pacote 500g	12	R\$ 17,05	R\$ 204,60
25	Couve, in natura, fresco, 1ª qualidade, folhas firmes e bem desenvolvidas e livre de defeitos como partes escurecidas ou podridão. Os maços devem conter minimamente 350 gramas. Entrega semanal.	463822	Maço	200	R\$ 7,50	R\$ 1.500,00
26	Extrato de Tomate, concentrado, alto rendimento, s/conservante, em embalagem contendo minimamente 1 kg. Entrega mensal.	459670	Kg	156	10,78	R\$ 1.681,68
27	Farinha de mandioca torrada, grupo seca, classe grossa, tipo 1, pacote de 1kg. Sem glúten. Entrega mensal.	458921	Kg	240	9,92	R\$ 2.380,80
28	Farinha de trigo, grupo seca, tipo 1, pacote de 1kg. Entrega mensal.	458919	Kg	6	R\$ 5,21	R\$ 31,26

29	Feijão carioquinha, tipo 1, grupo (feijão comum), classe cores, pct de 1kg, data de fabricação no máximo de 30 dias no dia da entrega. Entrega quinzenal.	464553	Kg	468	R\$ 8,96	R\$ 4.193,28
30	Feijão preto, tipo 1, pct de 1kg, data de fabricação no máximo de 30 dias no dia da entrega. Entrega quinzenal.	464552	Kg	180	R\$ 7,39	R\$ 1.330,20
31	Peito de frango sem osso e sem pele, (filé de frango) congelado (a -12 °C (doze graus Celsius negativos) ou temperatura menor) ou refrigerada (a de 4 a 7 °C (quatro a sete graus Celsius)) de frigorífico c/registro no SIF, SISP ou SIM, (a depender do âmbito da comercialização), data de fabricação no máximo de 30 dias no dia da entrega. Entrega quinzenal.	447594	Pacote 800g	750	R\$ 20,07	R\$ 15.052,50
32	Sobrecoxa de frango desossada congelada, em pacotes com peso máximo de 2 Kg cada, de frigorífico c/registro no SIF, SISP ou SIM, (a depender do âmbito da comercialização) data de fabricação no máximo de 30 dias no dia da entrega. Entrega quinzenal.	447636	Kg	480	R\$ 21,19	R\$ 10.171,20
33	Fubá de milho, pacote de 1kg, 1ª qualidade. Sem glúten. Livre de contaminação e sujidades. Entrega mensal.	459013	Kg	36	R\$ 3,74	R\$ 245,52

34	Gengibre fresco in natura, de primeira qualidade, firme, limpo, sem lesões, sem brotos, sem mofos, com características sensoriais preservadas. Entrega quinzenal.	463900	Kg	3	R\$ 16,18	R\$ 48,54
35	Laranja pera in natura, tamanho médio, fruto bem desenvolvido, coloração alaranjada, casca fina, brilhante e sem lesões. Entrega semanal.	464393	Kg	600	R\$ 3,81	R\$ 2.286,00
36	Leite UHT integral, embalado em caixa tipo longa vida, contendo no mínimo 3% de gordura, produto esterilizado, homogêneo, de boa qualidade, próprio para consumo humano, conforme legislação sanitária vigente. Entrega Mensal.	445995	Litro	144	R\$ 5,76	R\$ 829,44
37	Lemon pepper. Mistura de especiarias composta por pimenta, limão desidratado e condimentos selecionados, de granulometria uniforme, aroma cítrico característico e sabor levemente picante. Sem grânulos ou sujidades. Entrega Trimestral.	444503	Pacote 500g	4	R\$ 25,03	R\$ 100,12
38	Limão Taiti. Fruto in natura, de formato arredondado, coloração verde e casca fina e com brilho. Não deve conter lesões na casca, talos, folhas, amassados e/ou podridão. A fruta deve estar bem desenvolvida, com aspecto firme e saudável. Entrega semanal.	464398	Kg	132	R\$ 3,58	R\$ 472,56

39	Maçã in natura, tamanho médio, fruto bem desenvolvido, coloração avermelhada, sem lesões na casca. Entrega semanal.	464401	Kg	600	R\$ 10,27	R\$ 6.162,00
40	Macarrão espaguete, massa seca de trigo com ovos ou sêmola, embalagem de 1 Kg. Entrega mensal.	458953	Kg	220	R\$ 3,56	R\$ 783,20
41	Mandioca, lavada, descascada, embalada em saco plástico transparente próprio para alimento, livre de defeitos como broca e podridão, 1ª qualidade. Entrega quinzenal.	463795	Kg	180	R\$ 7,66	R\$ 1.378,80
42	Manga in natura, coloração interna amarela/laranja, sabor adocicado, fruto bem desenvolvido, 1ª qualidade. Entrega Quinzenal.	464412	Kg	180	R\$ 8,24	R\$ 1.483,20
43	Manjerição desidratado. Erva natural desidratada, 100% de folhas puras (Ocimum basilicum.). Livre de raízes, sujidades e/ ou contaminação. Atender a RESOLUÇÃO-RDC Nº 276, DE 22 DE SETEMBRO DE 2005. Entrega trimestral.	463908	Pacote 200g	3	R\$ 13,14	R\$ 39,42
44	Manteiga, tipo extra, composição com sal. Ingredientes: creme de leite pasteurizado, cloreto de sódio e fermento lácteo, embalado em potes de 500g, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Agricultura e/ou do Ministério da Saúde. Entrega mensal.	446384	Pote 500g	40	R\$ 35,16	R\$ 1.406,40

45	Melancia in natura, coloração interna vermelha, sabor adocicado, fruto bem desenvolvido, 1ª qualidade. Entrega semanal.	464418	Kg	600	R\$ 4,31	R\$ 2.586,00
46	Milho em conserva com grãos selecionados, inteiros e macios, de coloração amarelo-dourada em conserva, em lata ou sachê sem estufamento; sem ferrugem, vazamentos ou amassados profundos; conservado em salmoura (água + sal). Entrega quinzenal.	462824	Pacote/ lata 170g	240	R\$ 4,72	R\$ 1.132,80
47	Óleo de soja. Óleo vegetal comestível, tipo puro, espécie vegetal soja, qualidade tipo 1. Embalagem com 900 ml. Data de fabricação no máximo de 30 dias no dia da entrega. Entrega mensal.	463692	Frasco 900ml	93	R\$ 7,42	R\$ 690,06
48	Orégano Desidratado. Erva natural desidratada, 100% de folhas puras (Origanum vulgare L.). Livre raízes, sujidades e/ ou contaminação. Atender a RESOLUÇÃO-RDC Nº 276, DE 22 DE SETEMBRO DE 2005. Entrega trimestral.	463914	Pacote 100g	4	R\$ 12,18	R\$ 48,72
49	Ovo de galinha, branco, grande, fresco, sem defeitos como rachaduras na casca ou podridão. Entrega quinzenal. De granja com inspeção do SIF, SISP ou SIM, (a depender do âmbito da comercialização). A câmara de ar interna, deve ser pequena. Entrega semanal.	446618	Bandeja 30 unidades	120	R\$ 20,63	R\$ 2.475,60

50	Páprica defumada de coloração vermelho-intensa, cor viva e uniforme; aroma defumado evidente; textura fina e seca; ausência de umidade e grumos. Entrega trimestral.	463917	Pacote 20g	3	R\$ 5,48	R\$ 16,44
51	Peixe, tipo filé de Merluza, drenado e Congelado: Filé com o peso entre 100g e 120g. Apresentar perda máxima de peso no degelo de 6 % do peso líquido informado na embalagem. Embalado em plástico de polietileno, flexível, atóxico, transparente, resistente ao transporte e ao armazenamento. Deverá ter a coloração e odor característicos, livre de manchas, textura não amolecida e não pegajosa, sem espinho, sem pele. Produto em conformidade com a Legislação Sanitária Vigente, em especial asportarias do Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde, DIPOA nº 304 de 22/04/96 e nº145 de 22/04/98 e da Resolução da Anvisa nº105 de 19/05/99. A rotulagem: deve atender a Instrução Normativa MAPA nº 22, de 24/11/05; com identificação e contato do Fornecedor, nome do produto, peso, prazo de Validade, informações nutricionais e selo de Inspeção Sanitária. Deverá apresentar no mínimo 80% da validade no ato da entrega. O transporte deverá ser em veículo apropriado mantendo	448897	Pacote 500g	300	R\$ 34,33	R\$ 9.424,00

	as características próprias do alimento congelado. Entrega mensal.					
52	<p>Peixe, tipo filé de Tilápia, drenado e Congelado: Filé com o peso entre 100g e 120g. Apresentar perda máxima de peso no degelo de 6 % do peso líquido informado na embalagem. Embalado em plástico de polietileno, flexível, atóxico, transparente, resistente ao transporte e ao armazenamento. Deverá ter a coloração e odor característicos, livre de manchas, textura não amolecida e não pegajosa, sem espinho, sem pele. Produto em conformidade com a Legislação Sanitária Vigente, em especial as portarias do Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde, DIPOA nº 304 de 22/04/96 e nº145 de 22/04/98 e da Resolução da Anvisa nº105 de 19/05/99. A rotulagem: deve atender a Instrução Normativa MAPA nº 22, de 24/11/05; com identificação e contato do Fornecedor, nome do produto, peso, prazo de Validade, informações nutricionais e selo de Inspeção Sanitária. Deverá apresentar no mínimo 80% da validade no ato da entrega. O transporte deverá ser em veículo apropriado mantendo as características próprias do alimento congelado. Entrega mensal.</p>	448953	Pacote 800g	375	R\$ 48,10	R\$ 18.037,50

53	Pepino verde, in natura, fresco, bem desenvolvido, livre de defeitos como partes moles e podridão, de 1ª qualidade. Entrega quinzenal.	463796	Kg	48	R\$ 6,78	R\$ 325,44
54	Pêra in natura, nacional, tamanho médio, fruto bem desenvolvido, coloração verde claro, sem lesões na casca. Entrega semana	464428	Kg	600	R\$ 13,65	R\$ 8.190,00
55	Pimentão verde, in natura, fresco, bem desenvolvido, livre de defeitos como partes moles e podridão, de 1ª qualidade. Entrega quinzenal.	463809	Kg	12	R\$ 9,05	R\$108,60
56	Tangerina Ponkan in natura, tamanho médio, fruto bem desenvolvido, cor laranja, brilhante, casca solta e sem lesões. Entrega semanal.	464436	Kg	600	R\$ 4,59	R\$ 2.754,00
57	Queijo tipo parmesão, desidratado, a base de leite de vaca, ralado grosso, coloração amarelada, livre de contaminação. Sem necessidade de conservação refrigerada. Com certificação de qualidade. Entrega mensal.	446648	Pacote 50g	15	R\$ 7,06	R\$105,90
58	Repolho verde especial, in natura, fresco, 1ª qualidade, folhas bem desenvolvidas e livre de defeitos como partes escurecidas ou podridão. Entrega semanal.	463839	Kg	144	R\$ 6,28	R\$ 904,32
59	Sal refinado e iodado, pct de 1kg, 1ª qualidade, entrega mensal, data de fabricação no máximo de 30 dias no dia da entrega. Entrega mensal.	454017	Kg	66	R\$ 2,51	R\$ 165,66

60	Salsinha. Erva in natura, de folhas frescas, bem desenvolvidas, sem manchas, pulgões nem sinais de deterioração. Coloração verde escuro, sem floração, sementes nem raiz. Os maços devem conter minimamente 200 gramas. Entrega semanal.	615267	Maço	132	R\$ 6,88	R\$ 908,16
61	Tomate in natura, fresco, 1ª qualidade, sem lesões na casca, em baixo estágio de maturação. Entrega semanal.	463806	Kg	264	R\$13,05	R\$ 3.445,20
62	Tomilho desidratado. Erva natural desidratada, 100% de folhas puras (Thymus vulgaris)). Livre raízes, sujidades e/ ou contaminação. Atender a RESOLUÇÃO-RDC Nº 276, DE 22 DE SETEMBRO DE 2005. Entrega bimestral.	463936	Pacote 10g	200	R\$ 4,55	R\$ 910,00
63	Trigo para quibe. Grão integral do Trigo, minimamente processado, pré-cozido, seco e moído, próprio para o preparo de quibe. Pacote de 500g, Coloração, textura e odor característicos do produto. Livre de sujidades e contaminantes. Entrega mensal.	258202	Pacote 500g	240	R\$ 9,04	R\$ 2.169,60
64	Vagem, in natura, fresco, 1ª qualidade, Cor verde viva e uniforme, textura firme. Casca lisa, sem manchas escuras. Entrega semanal.	463807	Kg	60	R\$ 20,03	R\$ 1.201,80
65	Vinagre branco, fr de 750 ml, 1ª qualidade. No ato da entrega a validade apresentada deve ser minimamente 80% da validade indicada pelo fabricante. Entrega mensal.	217096	Frasco 750ml	95	R\$ 4,44	R\$ 421,80

TOTAL	R\$ 209.953,49
--------------	-----------------------

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 10882594000165-0-000019/2026;
- II) Data de publicação no PNCP: 14/05/2025;
- III) Id do item no PCA: 143 a 172;
- IV) Classe/Grupo: 8905 - CARNES, AVES E PEIXES; 8910 - OVOS E LATICÍNIOS; 8915 - FRUTAS, VERDURAS E LEGUMES; 8920 - PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO E CEREAIS; 8925 - AÇÚCAR, CONFEITOS, CASTANHAS, NOZES E SIMILARES, 8945 - ÓLEOS E GORDURAS COMESTÍVEIS e 8950 - CONDIMENTOS E PRODUTOS CORRELATOS;
- V) Identificador da Futura Contratação: 158584-17/2026;

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1.1 Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial.

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. As entregas serão realizadas no seguinte endereço: Rua José Ramos Júnior, 2750 – Jardim Tropical, Presidente Epitácio/São Paulo – CEP: 19477-170.

5.1.1 Serão realizadas solicitações mensais por meio de lista de compras, cujas entregas respeitarão períodos semanal, quinzenal, mensal, bimestral e trimestral conforme constante na descrição de cada item

da tabela do item 1.1. deste Termo de Referência e as frações mínimas por entrega aos quantitativos da tabela do item 5.9 deste Termo de Referência.

5.1.2 As listas de entrega serão enviadas com antecedência mínima de 05 (cinco) dias da primeira data de entrega, e constarão nelas as datas para as entregas de acordo com as frações de cada produto, sendo trimestral, mensal, quinzenal e semanal.

5.1.3 Poderão sofrer alterações do previsto na lista de compras quanto aos itens, quantidades, o cronograma de datas e a periodicidade a critério e por solicitação da fiscalização, que será encaminhada com antecedência mínima de 05 (cinco) dias da data prevista para a entrega.

5.1.4 Para a realização de cada entrega, deverá a contratada realizar a emissão de NF de simples remessa, ficando a emissão de NF de venda para o recebimento definitivo.

5.2. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior as disposições especificadas no item 1.8.

5.3. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.4. Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de 03 (três) dias, contados da data da entrega, após a verificação da qualidade e quantidade do material, em que não havendo aceitação, será informada mediante termo circunstanciado.

5.4.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

5.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.6. No momento da entrega, os produtos fornecidos devem estar em perfeitas condições de higiene e conservação, livres de odores estranhos e de contaminantes químicos, físicos e biológicos. Os produtos perecíveis deverão ser embalados e mantidos, quando sua natureza assim exigir, sob resfriamento ou congelamento, desde sua origem até sua entrega definitiva, em temperaturas adequadas para sua perfeita conservação. As embalagens dos produtos devem estar em perfeitas condições, intactas e sem perfurações, e expressar claramente a data de validade do produto, que deverá ser de acordo com o termo de referência, contados a partir da data de recebimento.

5.6.1 Serão aceitos produtos em embalagens menores que o mencionado na descrição do objeto, desde que seja obedecida a descrição exata do produto conforme o licitado, respeitando a marca e o preço da proposta, bem como a lista de ingredientes e a informação nutricional, sem que acarrete prejuízo de nenhuma espécie à produção operacional das refeições.

5.7. Os produtos entregues serão submetidos a uma avaliação visual e sensorial de qualidade, e também quantitativamente conforme contrato e condições deste Termo de Referência, que será realizada da seguinte forma: caso sejam aprovados, de acordo com as condições expressas acima, os produtos serão denominados em conformidade. Estando fora dos padrões acima descritos, os produtos serão considerados em desconformidade. Todos os gêneros alimentícios bem como os procedimentos relacionados ao seu fornecimento deverão estar de acordo com a legislação vigente e demais dispositivos legais e regulamentares porventura aplicáveis, em especial as Portaria SVS/MS nº326, de 30 de julho de 1997, Resolução-RDC Anvisa nº275, de 21 de outubro de 2002, Normas Técnicas Especiais de Alimentos e Bebidas constantes na Resolução - CNNPA nº 12, de 24/07/78, Decreto nº 12.486 de 20/10/78, IN Nº 12, de 28 de março de 2008 do MAPA, Lei 9.972 de 25/05/2000, Decreto 6.268 de 22/11 /07, Decreto 8.446 de 06/05/2015, RDC nº 429/2020 e da IN nº 75/2020, RDC Nº 727, de 1º de julho de 2022, Resolução RDC Nº de 7, de 18/02/11 - ANVISA, Resolução – RDC nº 14, de 28/03/14 – ANVISA.

5.8. Os itens e os quantitativos correspondentes serão formalmente requisitados por ofício encaminhado por e-mail. A não observância dessa condição resultará em penalização da contratada.

5.9. As listas de compras obedecerão a quantidade mínima por entrega conforme tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	FRAÇÃO POR ENTREGA	PERIODICIDADE
1	Açafrão	pct. 500g	6	3	Trimestral
2	Acelga	unidade	90	10	Semanal
3	Alecrim seco	pct. 500g	6	3	Trimestral
4	Alface	maço	960	40	Semanal
5	Alho descascado	kg	92	4	Semanal
6	Amido de milho	kg	12	2	Mensal
7	Arroz branco tipo 1	pct. 5 kg	173	40	Quinzenal
8	Arroz integral tipo 1	kg	288	50	Quinzenal
9	Arroz parboilizado	pct. 5 kg	375	60	Quinzenal
10	Azeite de oliva	fr. 500ml	24	4	Mensal
11	Banana nanica	kg	240	25	Semanal
12	Batata doce	kg	300	25	Quinzenal
13	Batata inglesa	kg	750	65	Quinzenal
14	Batata palha tradicional	pct. 500g	192	35	Mensal
15	Beterraba	kg	144	12	Quinzenal
16	Cabotian	kg	300	25	Mensal
17	Carne bovina acém em cubos congelado	kg	180	50	Mensal
18	Carne bovina acém moído congelado	kg	360	60	Mensal
19	Carne bovina coxão duro, fatias para bife, congelado	kg	540	90	Mensal
20	Carne suína - pernil em fatias, congelado	kg	180	40	Mensal
21	Cebola	kg	240	10	Semanal
22	Cebolinha de folha	maço	132	25	Semanal
23	Cenoura	kg	180	20	Quinzenal
24	Colorau	pct. 500g	12	6	Trimestral
25	Couve	maço	200	10	Semanal
26	Extrato de tomate	kg	156	30	Mensal
27	Farinha de mandioca grossa	kg	240	48	Mensal
28	Farinha de trigo	kg	6	1	Mensal
29	Feijão carioca	kg	468	40	Quinzenal
30	Feijão preto	kg	180	18	Quinzenal
31	Frango, filé peito congelado	pct. 800g	750	65	Quinzenal
32	frango, sobre coxa sem osso, congelada	kg	480	45	Quinzenal
33	Fubá de milho	kg	36	6	Mensal
34	Gengibre	kg	3	0,5	Quinzenal

35	Laranja pera	kg	600	25	Semanal
36	Leite UHT	litro	144	25	Mensal
37	Lemon pepper	pct. 500g	4	2	Trimestral
38	Limão taiti	kg	132	5	Semanal
39	Maçã gala	kg	600	25	Semanal
40	Macarrão espaguete	kg	220	40	Mensal
41	Mandioca descascada	kg	180	15	Quinzenal
42	Manga	kg	180	20	Quinzenal
43	Manjerição desidratado	pct. 200g	3	2	Trimestral
44	Manteiga	pote 500g	40	6	Mensal
45	Melancia	kg	600	25	Semanal
46	Milho em conserva	pct./lt. 170g	240	40	Quinzenal
47	Óleo de soja	fr. 900ml	93	15	Mensal
48	Orégano desidratado	pct. 100g	4	2	Trimestral
49	Ovos	bj. 30 un.	120	20	Semanal
50	Páprica defumada	pct. 20g	3	2	Trimestral
51	Peixe, Filé de peixe merluza congelado	pct. 500g	300	70	Mensal
52	Peixe, filé de tilápia congelado	pct. 800g	375	55	Mensal
53	Pepino	kg	48	25	Quinzenal
54	Pêra	kg	600	25	Semanal
55	Pimentão verde	kg	12	2	Quinzenal
56	Ponkan	kg	600	25	Semanal
57	Queijo parmesão ralado	pct. 50g	15	5	Mensal
58	Repolho verde	kg	144	8	Semanal
59	Sal	kg	66	12	Mensal
60	Salsinha	maço	132	22	Semanal
61	Tomate	kg	264	10	Semanal
62	Tomilho desidratado	pct. 10g	200	50	Bimestral
63	Trigo para quibe	pct. 500g	240	40	Mensal
64	Vagem	kg	60	10	Semanal
65	Vinagre	fr. 750ml	95	15	Mensal

5.10. As listas de compras serão remetidas eletronicamente ao endereço de e-mail da CONTRATADA que se encontra cadastrado no SICAF, sendo o prazo disciplinado no item 5.1, contado a partir da data de envio.

5.11. É responsabilidade da CONTRATADA proceder às devidas atualizações no SICAF relativas às eventuais mudanças promovidas no endereço de e-mail.

5.12. O prazo constante no item 5.1 NÃO será passível de suspensão ou interrupção caso o endereço de e-mail cadastrado no SICAF esteja inválido ou desatualizado.

5.13. O prazo de entrega poderá ser prorrogado, uma única vez, mediante manifestação expressa e formal do IFSP - Campus Presidente Epitácio e de seus fiscais.

5.14. Caso a empresa licitante necessite de prorrogação, deverá requerer, tempestiva e formalmente à Administração Pública, a quem compete analisar as justificativas apresentadas e deferir (ou não) o pedido, estipulando novo prazo, quando for o caso, para adimplemento da obrigação.

5.15. Não será admitida nenhuma forma de ajuste informal e / ou verbal quanto a eventual alteração/prorrogação de prazo de entrega, sendo desconsideradas quaisquer alegações, de ambas as partes, neste sentido.

5.16. Os produtos serão recebidos:

5.16.1 Provisoriamente, no prazo de 03 (três) dias, pelo(a) requisitante, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.16.2 Definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados da última data de entrega da lista de compras, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado em que constará a autorização para emissão de NF de venda dos produtos recebidos da respectiva lista de compras.

5.17. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.18. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. *Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.*

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- 7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 7.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 7.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4 Multa:

7.2.4.1. *Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,01% (um centésimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias*

7.2.4.2. *Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;*

7.2.4.2.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. *Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.*

7.2.4.4. *Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 1% (um por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.*

7.2.4.5. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 1% (um por cento) a 30% (30 por cento) do valor da contratação.*

- 7.2.4.6. *Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 1% (um por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.*
- 7.2.4.7. *Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 1% (um por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação [, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:]*
- 7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
- 7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 7.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 7.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 7.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 7.9.2 as peculiaridades do caso concreto;
 - 7.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 7.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e
 - 7.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- 7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação

ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 03 (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.12.1 o prazo de validade;
- 8.12.2 a data da emissão;
- 8.12.3 os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.12.4 o período respectivo de execução do contrato;
- 8.12.5 o valor a pagar; e
- 8.12.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- 8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 8.15.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 20/01/2026.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade *PREGÃO*, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo *MENOR PREÇO*.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será parcelado.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

Disposições gerais sobre habilitação

9.23. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.24. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.25. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.26. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.27. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. *O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 209.953,49 (duzentos e nove mil, novecentos e cinquenta e três reais e quarenta e nove centavos), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.*

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. *As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.*

11.2. *A contratação será atendida pela seguinte dotação:*

- I) Gestão/unidade: 26439/158584;*
- II) Fonte de recursos: 1000000000;*
- III) Programa de trabalho: 231788;*
- IV) Elemento de despesa: 3.3.90.32.03; e*
- V) Plano interno: L0000P100N.*

11.3. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Presidente Epitácio, 25 de junho de 2026.

Felipe Juliano Gomes Silva Domingues
Coordenador de Licitações e Contratos

Alexandre Ataíde Carniato
Diretor Geral